

O ECCO DE BARCELLOS.



Só em Barcellos houve alardo um dia,
Em que o Sol pelos campos dilatados
Com terrível e fera galhardia
Desasete mil peitos vio armados.

[Poema Epitalamio de Manoel de Gallegos. Oitava 81].

REDACTOR PRINCIPAL E EDITOR RESPONSÁVEL, DAVID DE BARROS E SILVA BOTELHO.

PREÇO D'ASSIGNATURA.	PUBLICA-SE ÀS QUARTAS-FEIRAS E SABBADOS.	E COM ESTAMPILHAS.
Por um anno..... 2\$400	Numero avulso 30 rs. Anuncios e Correspondencias, por linha 40 rs. Repetições 20 rs. Para os snrs. assignantes por linha 20 rs. repetições 10 rs.	Por um anno 2\$920
Por seis mezes..... 1\$200	Os annuncios e correspondencias, devem ser remettidas francas de porte ao redactor do ECCO DE BARCELLOS.	Por seis mezes 1\$460
Por tres mezes..... \$600	Assigna-se em Barcellos na loja de Joaquim Alves Vallongo e Souza, rua Direitã n.º 30.	Por tres mezes \$730
		Para o Estrangeiro aceresce o porte.

EXPEDIENTE



Rogamos aos nossos assignantes o obzequio de mandarem satisfazer as suas assignaturas. Os de fóra do Concelho podem remettel-as pelo seguro do Correio.

BARCELLOS 8 DE JANEIRO.

Estrá reunido o parlamento, apesar dos agourentos que davam como infallivel a dissollução das côrtes antes da sua reunião.

Sempre entendemos que assim seria, porque se não dava nenhuma das circumstancias que a podessem justificar.

O governo, abraçando como abraçou o pensamento economico da maioria da camara, tirou todo o pretexto ao antagonismo; e nas authorisações que lhe foram votadas teve uma prova de confiança, que diga-se o que se disser, tem uma significação séria; porque nem outra cousa pôde admittir-se sem desauthorisação moral da camara.

O addiamento pôde explicar-se, se não justificar-se, pela necessidade que os ministros tinham de confeccionar e preparar trabalhos, que com o parlamento aberto, não teriam tempo de elaborar; porém a dissollução não tinha explicação, nem justificação racional, e não podia dar-se, sem quebra dos preccitos reguladores das boas praticas constitucionaes. E não acreditamos por isso que se desse, e não nos enganamos.

Costumados a ver os homens e as cousas pelo prisma da imparcialidade, temos aprendido a reconhecer, que a lei moral é a regra suprema, a que todas as regras se subordinam, e está sempre superior ás paixões, e caprichos partidarios.

A dissollução das côrtes só pôde vir de antagonismo entre a camara e o ministerio; não o antagonismo que oppõe nomes proprios a outros nomes proprios, mas o antagonismo de principios de governo, e administração.

Dar-se-ha este antagonismo? As medidas plantadas já na esphera economica, são por assim dizer, a indicação do caminho que se deve seguir na estrada do progresso, procurando-se a conciliação legitima de todos os interesses, e não soffrem que os poderes publicos tomem outro.

O governo, accitando o pensamento da maioria da camara quando se encarregou do poder, mostrou o proposito de se guiar por elle; e quando traduzia esse proposito em factos, e nos seus projectos, não pôde em boa razão suppôr-se que a camara se lhe mostre hostil.

Como já dissemos, não pôde julgar-se da opposição parlamentar, pela feição que manifesta a opposição da imprensa. Esta é mais livre para seguir o impulso da paixão, porque só viza ao applauso dos seus: porém aquella tem sobre si a grande responsabilidade, que o seu mandato lhe impõe, com o dever de collocar acima de tudo os grandes interesses publicos, que seriam mal servidos, se uma dissollução do parlamento viesse agora retardar as reformas e medidas que as necessidades do paiz reclamam.

Temos para nós, que o governo e a camara comprehenderão bem, que já hoje, a nação só avalia as reformas pelo que em si mesmas são, e não pelos nomes dos homens que as elaboram ou iniciam; e que o seu maior desejo é que o systema representativo, seja um systema sincero de governo, e uma verdade pratica fecunda em resultados beneficos, e não uma in-

terinidade constantemente reproduzida, que gera a descrença no povo, gasta as forças do paiz em repetidas experiencias, e faz com que o povo, que sente, e não discursa, attribua ás instituições, o que só provem da adulteração dellas.

CORRESPONDENCIAS PARTICULARES.

[Do nosso correspondente]

LISBOA 1 DE JANEIRO.

De toda a parte chegam noticias de estragos causados pelas excessivas chuvas. Os correios estrangeiros tem chegado muito atrasados: aos d'ahi tem succedido o mesmo. De Madrid dizem as correspondencias, que as copiosas chuvas tornaram aquella cidade quasi incommunicavel com o restante da Hespanha, e que as obras dos caminhos de ferro soffreram muito. Aqui tambem o inverno causou grandes estragos nos trabalhos da linha ferrea; e na ribeira de Santarem foram destruidas em grande parte as obras d'arte, que alli se estavam fazendo: as aguas arrombaram a muralha de revestimento, e os desabamentos do monte vieram augmentar os estragos. As obras da Ponte d'Asseca tambem foram cobertas d'agua, e soffreram bastante.

De Alcaccer do Sal escrevem, que a excessiva cheia do rio causou gravissimos prejuizos, destruindo muitos cereaes, e perdendo-se uma grande parte do sal das marinhas. E' mais um desastre para aquella povo, que se vê abatido desde muito tempo pela falta de commercio.

Em Coimbra houve desastres mais consideraveis, porque com os desabamentos que tiveram lugar na cidade baixa, peroceram alguns infelizes.

Quando se lembrará o municipio d'aquella cidade, de que é necessario guarnecer de caes a cidade baixa para repellar a força das aguas!

Pois não creio que seja uma obra extremamente dispendiosa.

Ao passo que as noticias dos estragos causados pelas cheias são de muita importancia, estamos em maré vasia acerca de noticias publicas: é o systema das compensações. Não gosto de andar a indagar boatos, e por isso não direi os que por aqui correm de manhã, e que morrem á tarde. Começa a agitar-se na imprensa a questão da illegalidade da nomeação do snr. Barbosa-Leão para Secretario do Governo d'Angola. Nada temos a censurar acerca do cavalheiro, mas somos de parecer que aquella nomeação é contra a lei expressa, que manda abrir e julgar as syndicancias do ultramar. O snr. Barbosa-Leão foi Secretario do Governo de Moçambique; d'alli foi transferido para Cabo Verde, e logo exonerado. Evidentemente terminou as suas funcções, como empregado do ultramar: ficou pois desde essa epoca obrigado á syndicancia, segundo a expressa determinação da lei de 27 de Dezembro de 1852. Essa mesma lei determina expressamente que nenhuma das pessoas sagetas a syndicancia possa exercer qualquer commissão de serviço publico ordinario, militar, ecclesiastico, ou municipalidade no ultramar, antes de ter lugar

a competente syndicança, e ficar nella livre de toda a culpa e imputação. E o que aceitar o cargo contra esta disposição incorrerá n'uma multa igual ao ordenado de 1 a 3 annos; perderá as condecorações e títulos que tiver; e ficará inhabil para todas e quaesquer funcções publicas por 3 até 10 annos; e na mesma pena incorrerá o que o despachar.

O snr. Barbosa Leão não foi syndicado: a consequencia era que estava inhabil para servir no ultramar. Mas diz que se não se abriu a syndicança, não foi sua a culpa, mas sim da authoridade competente, que devendo instaurar-laden tro d'um mez, o não fez assim. Que se segue d'ahi? Que aquelle funcionario assim negligente, está sujeito ás penas que a lei estabeleceu. Mas a negligencia d'um, não é a absolvição do outro. A lei não estabelece prescripção contra a syndicança; está pois no arbitrio do Governo estabelecer-a. A prescripção não se presume. A lei não deixa debaixo de pena o que não é syndicado, diz só que não poderá servir outros logares no ultramar: interessa-o assim na syndicança, e se elle a não promove sub-intende-se que se resigna áquella sanção da lei: em todo o caso é negligente sabidamente, e essa negligencia é-lhe imputavel. A lei impõe penas á authoridade que não começar a syndicança no prazo marcado; se o não faz, fica sujeita á pena. Impõe ao funcionario que deve ser syndicado, inhabilidade para poder servir cargos publicos no ultramar: em quanto o não for, não ha razão de differença, para que, não sendo syndicado, fique alliviado d'aquella inhabilidade.

Tanto esta é a disposição da lei, que suppondo ella a negligencia em abrir a syndicança nos prazos fixados, impõe penas ao negligente; mas não allivia o empregado da syndicança. A lei teve aqui em vista evidentemente, impedir que a titulo de negligencia, as syndicanças cahissem em desprezo, e presumio bem, porque vemos o que ainda assim succedeu. A *Politica Liberal* reconhecendo que em semelhante nomeação houve infracção de lei, diz que póde ter um *bill de indemnidade*.

Como um *bill de indemnidade*, se incorreu n'uma pena pela infracção da lei commettida!

Não posso comprehender que um Governo se colloque na contingencia d'um *bill de indemnidade*, senão quando uma imperiosa e urgente necessidade publica o exigir. Mas violar a lei para nomear para o ultramar um empregado, que continua a passear em Lisboa, parece-me luxo de desprezar as leis neste infeliz paiz! De passagem seja dito, que se não ha leis que obriguem os Governos nos actos de admistração, se a vontade ha de prevalecer sobre o direito, aqui, para nomear individuos para as colonias, quando a lei o prohibe; ali, para entulhar as repartições de fazenda de empregados inuteis, e alguns contra as disposições da lei, que se acabava de fazer; nas obras publicas, criando logares permanentes provisórios (!) e estabelecendo quadros sem authorisação legal; então é melhor annullar o direito, porque a sua violação constante é uma triste decepção.

Dá-se como certo, que o Governo apresentará uma proposta para a desamortisação de todos os bens de misericordias, confrarias, hospitaes, camaras municipaes, passaes; em summa, de todas as corporações de mão morta. Creio que é uma medida de grande responsabilidade. Infelizmente nenhum dos nossos estabelecimentos modernos de credito confia os seus capitales ao giro de hypothecas. São ainda alguns d'aquelles velhos estabelecimentos, os unicos que entre nós desempenham as funcções de bancos de credito rural. E ali que o lavrador ainda vai buscar alguns auxilios para a industria agricola. Ir por tanto alterar a propriedade desses beneficos estabelecimentos sem grandes garantias da sua fiscalisação, sem providenciar a organisação de estabelecimentos de credito, que auxiliem a terra, e pelos quaes se possa fazer face á perturbação, e ás oscillações, que um facto de semelhante alcance deve produzir, parece-me um plano muito arrojado. Na França, logo que o periodo revolucionario terminou, cessou a expropriação dos bens municipaes: e os municipios ali ainda hoje conservam em grande parte o seu patrimonio: voltarei a este assumpto, quando tiver completa certeza, de que a medida será apresentada. Quando se propõe ao paiz medidas de semelhante alcance, é necessario que os povos se interessem n'ellas, e os discutam, e representem

aos poderes publicos, no sentido das conveniencias da nação. Assim se pratica na Inglaterra, onde essas representações tem mais força, do que as grandes commoções, de que lançam mão os outros povos.

E' certo que o governo nada tem accordado com Roma acerca da desamortisação dos bens das freiras. Veremos como resolve a questão; se reconsiderando sobre a opinião que em começo apresentava; ou se addiando-a até obter o accordo sollicitado. Em todo o caso é uma difficuldade séria; porque o Ministro dos Estrangeiros tem a sua opinião compromettida solemnemente na Camara.

Parece que se vão desvanecendo os receios de dissolução, e o governo terá de viver com a actual Camara; entre tanto, de um dia para o outro póde haver nova resolução.

Houve hoje recepção no Paço, que esteve muito concorrida.

PORTO 7 DE JANEIRO DE 1861.

Ainda não chegou até agora (1 da tarde) noticia telegraphica da abertura do parlamento, que se julga levará alguns dias a constituir-se por falta de numero. O rigoroso inverno e as cheias, prejudicaram as estradas e communições, e esta circumstancia deve retardar a chegada dos deputados á capital. Continuam os boatos de dissolução, e isto leva os mais acautelados a demorar a partida, esperando vêr no que param as cousas. Sobre a dissolução traz o «*Jornal do Commercio*» de Lisboa, de 5, um artigo, que por consciencioso e racional, merece ser lido. Aponta que a *Carta Constitucional* diz que a dissolução das Côrtes, é medida extrema para salvacão do Estado, e não para destruir a opposição legal a qualquer ministerio. E esta a verdadeira doutrina constitucional, que todos os partidos proclamam fóra do poder e esquecem n'elle. O que for se verá.

Espera-se tambem aqui com impaciencia o telegramma que deve trazer as palavras de Napoleão 1.º, na recepção diplomatica do 1.º do anno, pois por ellas se conta conhecer a feição actual das cousas. A baixa dos fundos não assegura nada de bom.

O modo como Napoleão III tractou no 1.º de Janeiro de 1861 o barão Herbner, ministro d'Austria, foi o preludio da guerra d'Italia. Que annunciará ellè no 1.º de Janeiro de 1861? A telegraphia em breve nos tirará de duvidas. O «*Nacional*» de sabbado mostra o *cambiamento* que a nova empresa lhe imprimio, com respeito ao Conde do Bolhão!

O «*Commercio do Porto*» levantou um brado, a favor dos que no Douro a cheia tornou mas infelizes do que já estavam, e não foi brado perdido.

Abriu-se n'esta cidade nma subscripção que já no sabbado ficou em mais de 1:500:000 rs. A Ferreirinha mae subscreveo com 500:000 reis, o marido (Torres) com 300:000 reis, e o Ferreirinha filho, que é o que promove a subscripção com 200:000 rs. Na Regoa a Ferreirinha estabeleceu uma sopa economica para os pobres que a cheia reduzio á miseria, e o filho o mesmo em Jagueiros. E' digno da fortuna quem assim faz bom uzo d'ella.

Principiou hoje o varejo dos vinhos em Villa Nova de Gaya. O deposito tem diminuido muito.

Já hontem, como esteve bonito dia, appareceram mascaras pela rua, mas nada

com geito. O baile de mascaras, no theatro Circo, esteve muito concorrido, mas pouco animado.

Começaram os trabalhos para tirar a areia que ficou na parte marginal da cidade, e que se calcula em muito mais de cem mil carros!

Por alguns primeiros andares ficou areia na altura de 4 e 5 palmos.

Temos amanhã, no theatro de S. João— O *Barbeiro de Sevilha*— tão velho, e sempre nova composiçao do grande, Rossini. A parte de Rosina é cantada pela Contralto, Viali, que é o *bijou* dos leões do palco, e muito amavel.

Faz a sua estrêa o cantor *buffo*, na parte do *Barbeiro - di qualità* - Recceia-se fiasco.—

Por hoje nada mais temos que contar.

Achamos sobre modo interessante a correspondencia de Pariz publicada na *Revolução* do 1.º do corrente; e por isso com a devida venia a transcrevemos aqui na sua integra—

PARIZ 19 DE DEZEMBRO DE 1860.

Meu caro amigo.—Todas as cartas que recebo de Portugal, tratam de um folheto impresso na imprensa imperial de Pariz, no qual se dá como negocio resolvido, a extincção da nacionalidade portugueza. Esse folheto, que alguns me dizem intitular-se—*A Europa em 1861*—parece ter causado ali impressão desagradavel e susto, porque a opinião geral o attribue ao governo francez ou ao imperador.

Eu creio que a opinião geral se engana, como acontece muitas vezes. Aqui ninguem dá noticia do folheto com esse titulo, e as publicações de origem ou collaboração imperial nunca são impressas na officina do estado. O livreiro Dantu, da galeria de Orleans no *Palais Royal* é quem serve de editor desses folhetos e mandos imprimir em officina particular.

O director da imprensa imperial não deixaria imprimir ali um folheto de tal ordem, que podia dar occasião a reclamações diplomaticas e comprometter o governo francez. Até agora os folhetos attribuidos ao imperador ou ao visconde de la Guerromière sob a inspiração imperial, todos foram impressos e publicados como obra particular.

Essas publicações tem lido por objecto lançar na discussão uma idéa nova, e preparar o terreno para a sua execução, mas sem comprometter o governo, nem prejudicar o futuro. Nesse sentido, as edições multiplicam-se, dá-se-lhes a maior publicidade, fallam do assumpto todos os periodicos francezes e estrangeiros, e por alguns dias a Europa não se entretem com outra cousa.

Ora segundo me affirmam d'ahi, ninguem viu o tal folheto, do qual se diz que poucos exemplares foram mandados para Lisboa. E' pois evidente que esse folheto não existe, ou que foi fabricado fóra de França por algum intrigante pouco habil, que cuidou que a designação da imprensa imperial auctoritaria mais esse papel, e que o lançou a medo na circulação.

Mas se o folheto não existe, ou se é obra de um intrigante politico, se tem por fim espalhar suspeitas contra as intenções do imperador dos francezes, ou se foi uma especulação de um homem de letras, como tem havido tantas imitando na letra, formato, papel, e cor da capa os folhetos imperiaes, todavia o negocio em si póde ser verdadeiro.

Este é outro ponto, e muito mais grave. Parma, Modena, Toscana, a Sicilia e Napoles, foram annexadas ao Piemonte, não por meio de folhetos, mas apesar de todos os folhetos. A Saboia e Nice pertencem hoje á França apesar dos protestos da Inglaterra, que valem mais do que muitos folhetos. Veneza está muito arriscada a ir pelo caminho dos outros estados italianos; e a Dinamarca, querem os Suecos que se lhes annexe para formar o grande reino Scandinavo, cu-

ja vantagem para o equilibrio europeu no norte da Europa, julgam alguns de grande importancia.

Porque não haverá pois quem se lembre de reunir em um só reino Portugal e Hespanha, de modo que os cem milhões de almas da França, Italia, e Hespanha, formem tres grandes potencias sob a direcção de tres soberanos, de cuja alliança intima não poderá triumphar a Europa? Esta idéa é velha em Hespanha, e a politica franceza pôde adoptal-a.

Não tenho razões para o afirmar, mas tambem as não tenho para negar. Sei que em França, muita gente cuida que nós estamos morrendo por essa união, e que por ella conseguiremos libertar-nos dos inglezes, em cuja escravidão vivemos. Este é o sentir geral dos francezes, graças ao pouco conhecimento que elles tem da nossa situação e das nossas idéas.

Resta saber: se o governo francez entende que essa união lhe pôde ser util, e se intenta contribuir para a sua realisação. Se o entende assim, é natural que a promova, e nós não podemos queixar-nos, por que a politica do governo de França não pôde ser senão franceza, assim como a de Inglaterra não pôde ser senão ingleza, e assim por diante acerca de todas as nações.

A nós compete-nos ter tambem uma politica portugueza, a qual consiste segundo me parece, em evitar as causas que produzem as anexações, e em nos preparar-mos para resistir a qualquer intriga, plano ou acto, com que se procure dar cabo da nossa independencia.

Os portuguezes não desejam, como alguns dos pequenos estados da Italia, pertencer a uma nação mais poderosa: não estão famintos e sequeiosos de liberdade, porque a possuem no seu maximo desenvolvimento: não tem queixas do soberano, antes o amam, apreciam, e delle esperam grandes vantagens. Não ha pois em Portugal as causas que motivaram as anexações italianas; e ainda bem que as não ha.

Além disto, temos a nosso favor sete seculos de independencia, os quaes de per si só provam a existencia de causas muito poderosas, que deram origem a esse facto, que por tão longo espaço o sustentaram, e que ainda hoje o conservam. Estas razões valem muito, principalmente não havendo outras que lhes tirem a força, ou que valham mais do que ellas.

E' verdade, que segundo a opinião de alguns homens de estado, desde que perdemos o Brazil, a nossa independencia entrou no periodo da agonia, ao qual inevitavelmente se deve seguir a morte. Não sou deste parecer. Se o Brazil, era a nossa vida, não nos falta outro Brazil, e mais do que um, com que nos remocemos. Que melhor Brazil querem do que Angola? Que melhor do que Moçambique? E S. Thomé e Príncipe, com o que poderíamos obter na terra firme? E Cabo-Verde nas mesmas circumstancias? E Macau, se o tivéssemos querido agora desenvolver e melhorar? E mesmo Goa, apesar da importancia do visinho que ali temos, e por causa mesmo do estado precario das possessões inglezas?

Mas nós não podemos aproveitar essas vantagens. Escaceam-nos os recursos, faltam-nos homens, não temos marinha, e somos pequenos para tão vastos e custosos trabalhos! Não digamos isto a ninguem; em primeiro logar porque não é verdade, e em segundo, porque esse é o argumento capital contra a possibilidade da nossa independencia.

Não é verdade. Nós começamos as nossas descobertas e conquistas em época em que valiamos menos do que actualmente. A Europa andava revolta e inquieta, e nós scubemos aproveitar o ensejo para nos afastarmos desses conflictos e buscar a nossa fortuna em diverso campo. Tivemos então uma politica portugueza. Tenhamol-a tambem agora.

Façamos marinha; preparemos homens competentes ou busquemos attrahil-os dos paizes onde os ha; como fazem todos os bons governos, sem exceptuar o francez; e gastemos o nosso ultimo vintem em desenvolver a prosperidade dos colonias, e o desenvolvimentoto das forças maritimas.

Mas o povo não quer pagar os impostos, e o governo já sob-carregado com um deficit, não pôde dar um impulso vigoroso a esses trabalhos. Se o povo não quer pagar para sustentar a independencia nacional, então é que não a deseja conservar. Nesse caso a morte é certa, mas quando formos provincia de uma grande nação,

pagaremos o triplo do que seria sufficiente para nos salvar dessa desventura.

Se formos provincia da grande monarchia iberica, havemos de pagar muito mais do que pagamos presentemente. Nós somos o povo menos tributado da Europa. Se queremos ser independentes, é forçoso gastar o necessario para manter as condições dessa independencia, e para crear outras em analogia com o estado da Europa.

Ahi está toda a questão, e não se resolve com as economias de dous tostões ou de quatro vintens, com que nos andamos a enganar uns aos outros desde 1836 para cá. Não se trata de economia, trata-se de gastar mais para vir a ser rico.

Isto, julgo eu, devia dizer-se desassombadamente nas côrtes, nos jornaes, em livros populares, e por todos os modos pelos quaes se propagam as boas idéas. O governo passado arrotou a impopularidade das medidas de fazenda; o actual tambem lho não deve ter medo. São dois exemplos excellentes; porem não bastam.

Mas nós somos livres; o povo não se queixa. Não ha pois que queixar! Este argumento é falso. Somos livres é verdade; mas de que serve a liberdade, se a não queremos como principio productivo? E' uma lanterna na mão d'um cego. Tambem o povo de Napoles tinha a liberdade de se deitar ao sol, e tinha a que lhe bastava porque não queria outra, nem saberia servir-se della.

O povo não se queixa? Mas hade vir a queixar-se. Onde houver liberdade sem meios de existencia, sem administração, sem justiça, sem força na terra ou no mar, segundo as circumstancias especiaes da nação, sem finanças, sem instrução publica, sem commercio, sem industria e sem as outras condições de prosperidade de que vivem os estados, no fim de um certo periodo é certa a revolução nas grandes nacionalidades, e a perda da independencia nas pequenas. Os exemplos sobejam em toda a Europa.

Em resumo: a nossa nacionalidade só depende do nosso procedimento. Se soubermos fortificar-a e mantel-a, a França não ousará destruil-a; e se nos deixarmos ir á mercê do acaso, a benevolencia da Inglaterra não poderá salvar-nos.

Os que estão convencidos de que as allianças nos podem ser proveitosas, não podem desconhecer que mais facilmente as encontraremos, se de nós proprios já valer-mos alguma coisa. Um dos argumentos que com mais frequencia se emprega contra nós, é que retemos em nosso poder grandes porções de territorio, que nem civilisamos, nem deixamos civilisar. Essa accusação é mister destruil-a, explorando as nossas colonias. Isto não é uma phrase banal. E' uma necessidade urgente.

A nossa politica externa deve ser mais de abstenção que de acção. Nos graves negocios da Europa, só podemos achar occasião de nos envolvermos em questões superiores ás nossas forças, ou servir-mos de mão de gato para tirar alguma sardinha que outrem coma, depois de nos ficarem escaldadas as unhas. Nós devemos esquecer a Europa como tão habilmente fez D. João I e os seus primeiros descendentes. A nossa salvação está em Africa.

Mas se fosse a Hespanha que se annexasse a nós como o resto da Italia fez com o Piemonte? Esse é outro ponto da questão. Para o resolver affirmativamente, seria necessario que o voto geral dos povos de toda a peninsula existisse essa grave mudança, e tal voto não existe nem em Hespanha, nem em Portugal. A Galliza desejaria ser portugueza: essa opinião é mui vulgar naquella provincia; mas o resto da Hespanha ri-se de tal idéa.

Seria tambem necessario que o rei de Portugal abrisse o animo a ambições que não se conciliam com a honradez geralmente reconhecida do seu caracter, ou que as vantagens publicas fossem de tal ordem, que lhe impuzessem a ambição como um dever. O rei da Sardenha estava neste ultimo caso. O rei de Portugal não.

Para a execução da idéa de reunir os dois reinos é para evitar os perigos das regencias, e tutellas em occasião tão grave, seria pois indispensavel buscar uma dynastia nova, visto que a rainha de Hespanha não seria menos respeitadora dos direitos do soberano portuguez, do que este o é dos direitos della.

E quem seria o novo soberano? Excluidos os pertendentes, que não poderiam servir para unir em uma só vontade todos os partidos, res-

taria unicamente o infante D. Sebastião, outr'ora considerado como principe portuguez, e tendo no grau mais proximo sangue das duas dynastias: porém a sidade e caracter probo deste principe não consentem que se lhe faça a injusticia de crer que elle se prestasse a semelhante combinacão.

Todos esses planos são absurdos e cerebriosos, e o governo portuguez pode e deve augmentar-lhes estas duas qualidades mostrando-se energico e sagaz em empregar os meios ao seu alcance para lhes evitar a realisação.

Traiei largamente este assumpto, porque me foi d'ahi pedido em muitas cartas até de pessoas com quem não tenho relações. Eu não creio que se conspire contra a nossa independencia. Nós é que podemos perdê-la por não sabermos acudir-lhe a tempo.

Agora duas palavras acerca dos negocios da Europa.

Acabaram os passaportes entre França e Inglaterra, e diz-se que vão acabar entre a França, a Belgica, a Allemanha e a Italia. Pode pois dizer-se que os passaportes vão deixar de existir. Deus o queira.

Aqui continua a inauguração do systema liberal. Em Marselha por occasião das eleições municipales a opposição fez uma grande reunião, houve discursos, e nos jornaes uma polemica muito viva, e a auctoridade não interveio. A amnistia da imprensa é applicada na sua maxima latitude mesmo aos processos que a letra do decreto não abrangia.

O clero continua a mostrar-se hostil ao imperador, cujo governo parece resolvido a mostrar neste ponto a maior firmeza.

A guerra da China acabou com a tomada de Pekin, todavia os exercitos alliados passarão o inverno no territorio do Celeste Imperio. A continuacão das hostilidades causava receios tanto em França como em Inglaterra. Não é concludo certo que a má fé dos chinas não dê occasião a novos conflictos.

De Italia não ha grandes noticias. Espera-se cada dia que o rei de Napoles deixe Gaeta, cujo bombardeamento pelo lado do mar, não será impedido pela esquadra franceza. Na Sicilia está tudo sosegado. Em Napoles continuam as agitações, mas com notaveis intermitencias.

Em Roma ha seiscão entre Antonelli que vota pela resistencia passiva, e mr. de Merode em quem se renovaram os brios de antigo militar. Este prelado que é o ministro da guerra, aconselha organisações de tropas, e opina pela guerra apesar da ultima experiencia que não foi animadora. Entre uma e outra politica está a força irresistivel das coisas, que nem Antonelli nem Merode pode vencer.

O resgate de Veneza é agora a questão mais geralmente tratada. O folheto publicado em Paris com o titulo de — *Francisco José I e a Europa* — prova evidentemente que os estados venezianos em vez de uteis são prejudiciaes á Austria, e que o imperador os deve vender a Victor Manuel por 600 milhões garantidos pelas grandes potencias europeas.

Este folheto é obra de Emilie Pereira, o celebre banqueiro, e antigo redactor francez. É um papel que tem grande importancia, porque o seu contexto faz crer que se a Austria não vender Veneza; as principaes casas dos banqueiros de Viena, de Francfort, de Hamburgo, Haia e de Londres, se combinarão para lhe não emprestarem nem um florim. Neste sentido, o folheto de Pereira vale como se proviesse da inspiração imperial.

A Ausiria está cada vez em maiores embaraços com os negocios da wungria. Uma revolta declarada dar-lhe-hia pretextos para empregar a força, porém os hungaros estão resolvidos a não sair da stricta legalidade até que a isso os obriguem formalmente. Nos principados danubianos não se conspira contra a Austria, mas ha ali um certo movimento que carece de explicação.

O emprestimo turco vae andando. No fim de 30 annos o sullão tem dado 900 milhões por 150 que recebe agora! Isto é que é administrar bem as finanças. Este emprestimo é o ultimo sacramento da moribunda Turquia.

Mr de Bernuth acaba de ser nomeado ministro da justiça na Prussia. É homem de grande capacidade.

A Baviera retirou o seu ministro de Turim. Diz-se que a Baviera, Wartenberg, Bade e Hes-

commondo da Baviera. Tudo isto me parece que pode perturbar esses paizes, mas não a Europa. Não tenho espaço nem tempo para mais

COMMUNICADOS.

Escrevem de Esposende o seguinte

No dia 4, cerca de 4 horas da tarde, foi apique em frente da Aguçadoura limite de Villa do Conde, o hiate *Barcellos*, procedente de Villa-Nova de Portimão para o Porto, com carga de figo, vassouras, e esteiras.

A tripulação salvou-se na lancha, vindo encalhar no sitio de *paredes* da freguezia d'Apullia, districto de Esposende.

A uma milha ao mar em frente de S. Bartholomeu, appareceram varios despojos de um *patacho*, que foram salvos a mandado do Director da alfandega de Esposende, e estão já em guarda nos armazens da mesma alfandega, ignorando-se a nacionalidade do navio, e aonde naufragou.

Nas praias do limite desta alfandega, acha-se grande quantidade de castanho, um mastro de pinho da terra, uma lancha, e parte de um mastro de madeira do Brazil, arrojado tudo pelo mar nos dias 30 e 31 de Dezembro.

A cerca do naufragio do *Barcellos* corre um *zum zum* que a ter fundamento, os donos foram sacrificados. O tempo tudo aclarará.

Da Povia do Varzim escrevem em data de 6.

As manifestações de satisfação pela queda do Administrador do Concelho, Machado, tem sido variadas, e algumas bem significativas, porém reprehensíveis. O Sachristão da Matriz, á missa conventual pediu em alta voz um padre nosso e uma ave Maria em louvor do milagre feito pelo governo em 15 de Dezembro, data do Decreto da exoneração.

Nunca privei com o ex-administrador, porém assim como censurei o seu comportamento nas ultimas elleições, sacrificando victimas ás suas veleidades, censurei tambem aquelle procedimento que os homens imparciaes acoimão de pouco decente, e até irreligioso.

O cavalheiro por quem o snr. Machado se comprometteu naquellas elleições, promete-lhe uma melhor e mais vantajosa collocação.

Deus nosso Senhor os ajude, e não me dezampare a mim, que não seréi menos digno da sua graça.

Corre que o ex-administrador será substituido pelo Snr. Guerner que reside no Porto, e penso que assim será porque este Snr. já mandou arrendar caza.

Não temos conhecimento do Snr. Guerner; asseveram-nos que é um optimo cavalheiro, muito civil, e bem educado.

Venha pois o Snr. Guerner, que na Povia não encontra abundancia de homens com estas qualidades; pelo contrario ha bastante falta delles.

NOTICIAS DIVERSAS.

OFFERTA. — Na Sessão da Camara de Salbado 7 do corrente foi apresentado com uma carta do snr. Francisco José Rezende o quadro que este insigne artista lhe offereceo, representando um ponto de vista das margens do Cavado.

ENTERRO. — Foi segunda feira 7 do corrente, no Templo do Bom Jezus da Cruz desta villa o do snr. Manoel Joze Ferreira, abastado negociante, pessoa de probidade.

Suas dignas filhas não quizerão poupar-se a despesas para lhe honrarem as cinzas. Derão ordem para que nada faltasse, que pudessem tornar grandioso o acto funebre: e assim foi. A armação do templo foi do snr. Esteves, que no pouco tempo que teve para uma armação pomposa, mostrou que a sabia desempenhar.

A musica instrumental e vocal era da philarmónica, que correspondeo dignamente ao seu desempenho. Dentro do templo tudo foi grande. Fóra delle além das esmollas particulares houve á porta da Igreja da Ordem Terceira esmolla geral a todos os pobres.

CHEGADA. — Chegou hontem a esta Villa o snr. Engenheiro Lopes, Encarregado pelo Governo de fazer os estudos necessarios sobre a canalisação do nosso bello Cavado. Sabemos de boa via que o Snr. Lopes é das melhores capacidades que o Paiz possui em objectos d'hydraulica.

O Snr. D. Luiz Director Geral das Obras Publicas do Districto tambem chegou hontem á noute.

FALLECIMENTO. — Somos informados de que o snr. *Reginald Routh of Routh* comcunhado do nosso amigo snr. José Manoel Gomes a quem veio ha dous annos pagar uma visita, nesta Villa, fallecêra em Florençia aonde estava residindo por causa da molestia de que foi victima.

Tambem somos informados que fallecêra *Mrs. Mary Tanner* sogra do dito nosso amigo, senhora já octogenaria, a quem este se confessou sempre grato e reconhecido a finezas e obsequios prestados no tempo da emigração, e mesmo já depois de ligado pelos laços de parentesco.

Acompanhamo lo no seu sentimento.

ERRATAS. — Na secção religiosa do numero 23 deste jornal aonde se lê « as semanas do grande David » deve ler-se — as semanas do grande Daniel. — Na mesma secção do numero 24 aonde se lê « a quem nos amé, quando muito: » leia-se — a quem nos ama é quando muito.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS.

O curto espaço, que nos está reservado na nossa folha para esta secção, não nos permite ser extensos, nem apresentar extractos d'alguns artigos importantes dos jornaes que temos á vista; limitamo-nos por isso ao mais importante.

O aspecto d'um desenlace favoravel á paz soffre de dia para dia maiores contrariedades, e as complicações na Europa surgem de momento a momento.

O governo austriaco recorrêo á extrema medida de decretar o curso forçado em todo o imperio aos bilhetes do Banco, e por meio d'instituições liberaes procura conter as largas aspirações d'independencia e liberdade manifestadas por todas as nacionalidades d'aquelle desconjuntado imperio. —

Os fundos publicos tem baixado em todas as principaes praças da Europa, e o Banco de Londres subio o desconto a seis por cento. A Alemanha e a Prussia armão-se para a guerra; a Russia inquieta-se com os movimentos revolucionarios nos principados do Danubio e na Hungria; o governo Sardo esforça-se em extremo para augmentar o seu exercito e a marinha; e tudo espera com anciedade o conhecimento do discurso do Imperador dos Francezes na recepção diplomatica que devia ter lugar, como é de costume, no 1.º de Janeiro.

DESPACHOS TELEGRAPHICOS.

GAETA, 25. — Apezar da immensa chuva e neve, o fogo é terrivel: chega aos sitios mais apartados da cidade. Os officiaes da guarnição fizeram protestos de fidelidade ao rei.

TURIM, 28. — Foi hoje dissolvido o parlamento. El-Rei sahio de Napoles, e espera-se aqui no dia 30.

Farini deixa o lugar tenente; assegura-se que será substituido por Ratazzi.

PARIS, 31. — Vienna (sem data). — A gazeta de Vienna annuncia que Mr. Menckhoff substituirá o conde de Rechberg, ministro dos Negocios Estrangeiros, obtendo Mr. de Schmerling a presidencia.

NAPOLES, 28. — Corre o rumor de que a esquadra franceza abandona as agoas de Gaeta.

TURIM, 28. — Segundo a *Perseverança* de Milão, a mulher de Francisco de Bourbon (são as suas proprias expressões) sahio de Gaeta.

PARIS, 31. — Londres. — O Banco d'Inglaterra subio o desconto a 6 por 100.

NAPOLES, 30. — A esquadra franceza continua diante de Gaeta.

Em Napoles está-se mobilizando batalhões da Guarda Nacional.

ANNUNCIOS.

EDITAL.

A Camara Municipal do Concelho d'Esposende, faz publico, que a contar do dia 10 do corrente mez se acha novamente a concurso por espaço de trinta dias o partido de Medicina e Cirurgia com o ordenado de 200\$000 reis.

Todos os que desejarem ser providos deverão apresentar na Secretaria da mesma Camara, onde estão patentes as condições, os seus titulos d'habilitação, certidão jurada do Delegado de saude — de isenção do recrutamento, — e attestados de comportamento passados pela Camara e Administrador do seu concelho.

Esposende e Secretaria da Camara 5 de Janeiro de 1861.

O PRESIDENTE,

Joze da Silva Lopes Cardozo.

(50)



Aluga-se a caza e quintal que foi do fallecido Joze Maria Paes de Villas-boas. sita no campo de S Joze desta villa.

— *Barcellos: typ. de Sousa. 1861.*